

LIBERDADE DE EXPRESSÃO! [SUPERANDO OS LIMITES DO “POLITICAMENTE (IN)CORRETO”]

FREEDOM OF SPEECH! [OVERCOMING THE LIMITS OF THE “POLITICALLY (IN)CORRECT”]

Ingo Wolfgang Sarlet¹

Doutor em Direito

Carlos Alberto Molinaro²

Doutor em Direito

[...] não há assunto cuja discussão deva ser interdita. Se forem falsas as proposições, que se lhes discuta, de público, a falsidade. Se forem verdadeiras, que é que se lucraria em não se lhes conhecer a verdade?

Pontes de Miranda³

RESUMO: O presente artigo analisa, à luz de um episódio recente e polêmico, a problemática dos limites jurídico-constitucionais à liberdade de expressão, com destaque para a questão dos assim chamados efeitos indiretos de nossas ações diretas.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade de expressão; efeitos indiretos de ações diretas; limites e restrições.

ABSTRACT: *This paper analyses, in the light of a recent and polemic episode, the problem of the legal and constitutional limits of freedom of speech, focusing the so-called indirect effects of our direct actions.*

KEYWORDS: *Freedom of speech; indirect effects of direct actions; limits and restrictions.*

SUMÁRIO: Introdução; 1 “[...] Não há assunto cuja discussão deva ser

¹ Professor da PUCRS. Juiz de Direito no RS.

² Professor da PUCRS. Site: www.camolinaro.net.

³ *Democracia, liberdade, igualdade (os três caminhos)*. São Paulo: Saraiva, 1979. p. 352.

interditada”; 2 A manifestação de Günter Grass; 3 Os efeitos indiretos das nossas ações diretas; 4 Acolhendo a manifestação de Günter Grass como exercício performático em prol da paz; Considerações finais.

SUMMARY: *Introduction; 1 “[...] There is no subject whose discussion should be banned”; 2 The discourse of Günter Grass; 3 The indirect effects of our direct actions; 4 Accepting the expression of Günter Grass as a performance exercise towards peace; Final thoughts.*

INTRODUÇÃO

O tema a ser enfrentado nas próximas linhas é bastante controvertido, pois diz, na sua essência, com o núcleo duro das liberdades fundamentais, em especial, com os limites aos limites de tais liberdades. De modo particular, guarda relação com os “ferretes” que envolvem a liberdade de expressão quanto a determinados temas habitualmente rotulados como “politicamente (in)corretos” e que, para alguns, deveriam até mesmo ser subtraídos do debate na esfera pública.

Podemos compreender, em caráter antecipatório, que ética, no âmbito da liberdade de expressão, nada mais representa que ideologia em seu mais “puro estado”, pois opera como discurso de justificação direta da obediência (ou de um tipo de obediência)⁴. Aqui, contudo, estaríamos nos movendo no terreno escorregadio da pergunta do “por que obedecemos ao Direito?” e da própria relação entre o Direito e a Moral. Tais questões, por outro lado, não serão objeto dessas reflexões, seja pela sua extensão, seja pela extraordinária complexidade e diversidade das respostas possíveis, mas nunca é demais apontar para a sua atualidade e relevância. Assim, o que nos anima, por ora, é um objetivo mais modesto: o de refletir, no contexto da liberdade de expressão, sobre o problema (também jurídico-constitucional) das consequências indiretas das nossas ações diretas no exercício das nossas liberdades fundamentais.

Certamente, o poder de expressar os nossos pensamentos, por palavras ou ações, tem imediata ressonância social, pois invade e ocupa de modo mais ou menos arbitrário a esfera do *outro*, de tal sorte que, seja no caso de divergência, seja em uma situação de convergência de opiniões e manifestações, a liberdade não “pertence” somente ao indivíduo, mas se produz coletivamente.

⁴ SAINZ PEZONAGA, Aurélio. *Contra la ética, por una ideología de la igualdad social*. Madrid: Debate, 2002. p. 31.

Por outro lado, a liberdade jurídica (de expressão) é apenas o “processo de execução” da liberdade política. Explicamos: os limites dados pela ordem jurídica têm imediata interdição sobre o totalitarismo político da expressão livre do indivíduo que comparte o social. Um projeto de poder político está amalgamado pela “limitação” da mesma expressão política que enreda a todos que dele participa. Uma fronteira que legitima o *quantum* de liberdade que é dedicada a cada um, segundo a particular ideologia que alimenta dito projeto de poder.

Como tratar o “desvio padrão” de tal princípio estocástico? Esta é uma questão de difícil solução no campo das ciências sociais aplicadas. Podemos nos aproximar de possíveis respostas, mas não temos, ainda, qualquer resposta definitiva, pois a dinamicidade das relações sociais representa “uma forma de clausura” para qualquer definição exaustiva; primeiro, porque estamos condicionados ideologicamente; segundo, porque só na prática democrática se desenvolve a ideologia democrática.

Neste ensaio buscamos identificar o “desvio padrão”⁵ que serve para afirmar a liberdade de expressão atribuída no interstício da rede pública e política das liberdades, com o intuito de avaliar o seu tratamento jurídico no campo dos limites da liberdade de expressão. Para tanto, a título de exemplo que permite explorar o viés proposto, vamos partir da recente manifestação do Prêmio Nobel de Literatura de 1999, o alemão, romancista e dramaturgo Günter Grass, que, na edição do conhecido periódico *Süddeutsche eitung*, de 04.04.2012, sob o título *Was Gesagt werden Muss* (O que precisa ser dito)⁶, em uma linguagem poética, mas prenhe de força, manifesta suas preocupações com o rumo que está tomando a questão Israel-Irã no contexto local e mundial. Tendo em conta, todavia, o próprio passado do autor, tal manifestação tem sido objeto de forte controvérsia no cenário sociopolítico em todas as latitudes do planeta. E é precisamente por tal razão, e também pelo fato de se cuidar de problema registrado, inclusive em outros contextos, que, muitas vezes e pelas mais diversas razões, nunca é demais buscar contribuir para a permanente e necessária reflexão sobre o tema.

⁵ Aqui, propositadamente, utilizando um conceito matemático, isto é, como medida de dispersão de uma distribuição de frequência, como valor assumido pelo afastamento quadrático médio quando a origem é a esperança matemática, o que metaforicamente nos conduz para um afastamento de uma idealizada liberdade de expressão em direção tão só a sua probabilidade.

⁶ Disponível em: <<http://www.sueddeutsche.de/kultur/gedicht-zum-konflikt-zwischen-israel-und-iran-was-gesagt-werden-muss-1.1325809>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

1 “[...] NÃO HÁ ASSUNTO CUJA DISCUSSÃO DEVA SER INTERDITADA”

A liberdade de expressar o pensamento é um direito humano de conquista inarredável e que integra o núcleo das liberdades atribuídas ao ser humano pela ordem jurídica internacional⁷. Além disso, praticamente não existe constituição ou declaração de direitos que não a contemple (ainda que em termos formais), ao menos no que diz respeito às constituições ocidentais dos Estados de Direito⁸. No Brasil, Pontes de Miranda, na sua obra *Democracia, Liberdade, Igualdade (os três caminhos)*, tratou exaustivamente do tema com a profundidade que lhe era costumeira. Neste sentido, a epígrafe deste tópico (de sua autoria) não poderia ser mais precisa: não há assunto cuja discussão deva ser interdita. Sabemos que muitas questões submetidas ao debate público podem constituir-se em perigosas ou mesmo perversas armadilhas para a vida sociopolítica, mas ainda assim não podem ou devem ser evitadas, ou, o que é pior, invisibilizadas. Com efeito, há palavras que, a despeito dos significados que carregam, devem poder ser pronunciadas, seja para o bem, seja para o mal, sem que aqui se esteja a incentivar um maniqueísmo irracional e destrutivo. Aliás, importa frisar que o eventual benefício ou prejuízo advindo de determinada manifestação revela-se, em geral, apenas mediante diferenças de grau do sentido que lhes dá o intérprete. Além disso, não se negligenciam os limites que dizem com a responsabilização dos que utilizam a liberdade de expressão como instrumento de incitação ao ódio,

⁷ Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada e proclamada pela Resolução nº 217-A (III) – da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948), especialmente no Artigo XIX: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

⁸ A Carta de 1948 o consagra expressamente no art. 5º, IX: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. De igual modo, a Lei Fundamental, na Alemanha, no seu art. 5º (1): “Toda pessoa tem o direito de expressar e difundir livremente sua opinião oralmente, por escrito e através de imagem, e de informar-se sem obstáculos a partir de fontes acessíveis a todos. A liberdade de imprensa e a liberdade de informação por rádio e imagens em movimento serão garantidas. A censura não terá lugar” (*Jeder hat das Recht, seine Meinung in Wort, Schrift und Bild frei zu äußern und zu verbreiten und sich aus allgemein zugänglichen Quellen ungehindert zu unterrichten. Die Pressefreiheit und die Freiheit der Berichterstattung durch Rundfunk und Film werden gewährleistet. Eine Zensur findet nicht statt*). De igual modo, a Primeira Emenda da Constituição norte-americana assegura: “O Congresso não fará nenhuma lei relacionada ao estabelecimento de religião, ou proibindo o livre exercício dela; ou cerceando a liberdade de expressão ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de apresentar petições ao Governo para reparação de injustiças” (*Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances*).

para o ultraje à honra, ou mesmo para insultar os sentimentos e as crenças de uma dada coletividade, pois, se assim não fosse, estar-se-ia admitindo a própria afronta aos princípios fundamentais e democráticos do Estado Democrático, justamente os princípios que asseguram e legitimam o caráter fundamental da liberdade de expressão.

De qualquer forma, discorrer sobre a “liberdade de expressão”, principalmente sobre os seus limites (pois nenhum direito fundamental, especialmente em se tratando de uma liberdade, é absoluto), é sempre uma tarefa difícil e dolorosa. Talvez porque – em um plano metajurídico – qualquer manifestação do pensamento ou da ação carrega consigo um “psiquismo” fundado no egoísmo que compreende o mundo do ponto de vista exclusivo de seu próprio interesse. Nesse sentido, há uma inderrogável perspectiva cultural que deve estar sempre presente quando se intenta refletir sobre a liberdade de expressão e seus limites. Daí ser válido afirmar que toda manifestação livre do pensamento ou a ação que a exteriorize vai revelar-se como um produto cultural amalgamado por preceitos de uma “moralidade pública”, acolhidos por determinados círculos sociais onde ela ocorre. Tal situação induz, eventualmente, conflitos entre os diversos círculos socioculturais encontrados nas sociedades. Nesta linha de argumentação, como, então, defender que não há assunto cuja discussão deva ser interdita? A resposta somente encontra eco na aceitação responsável das consequências “das minhas palavras e dos meus atos”. São os denominados efeitos indiretos das nossas ações diretas. Efeitos esses que estão imediatamente vinculados ao debate não interdita, pois eles definirão a falsidade ou veracidade das proposições, com as consequências sociais, econômicas e legais que se produzirem. O mais importante aí é a garantia de liberdade para a produção do debate, bem como a afirmação da atribuição de responsabilidade aos atores sociais envolvidos.

2 A MANIFESTAÇÃO DE GÜNTER GRASS

No periódico anteriormente referido, o romancista e dramaturgo alemão publicou – como ele assim o denominou – o seguinte poema:

*Warum schweige ich, verschweige zu lange, was offensichtlich
ist und in Planspielen geübt wurde, an deren Ende als
Überlebende wir allenfalls Fußnoten sind.*

*Es ist das behauptete Recht auf den Erstschlag, der das von
einem Maulhelden unterjochte und zum organisierten Jubel*

gelenkte iranische Volk auslöschen könnte, weil in dessen Machtbereich der Bau einer Atombombe vermutet wird.

Doch warum untersage ich mir, jenes andere Land beim Namen zu nennen, in dem seit Jahren – wenn auch geheimgehalten – ein wachsend nukleares Potential verfügbar aber außer Kontrolle, weil keiner Prüfung zugänglich ist?

Das allgemeine Verschweigen dieses Tatbestandes, dem sich mein Schweigen untergeordnet hat, empfinde ich als belastende Lüge und Zwang, der Strafe in Aussicht stellt, sobald er mißachtet wird; das Verdikt "Antisemitismus" ist geläufig.

Jetzt aber, weil aus meinem Land, das von ureigenen Verbrechen, die ohne Vergleich sind, Mal um Mal eingeholt und zur Rede gestellt wird, wiederum und rein geschäftsmäßig, wenn auch mit flinker Lippe als Wiedergutmachung deklariert, ein weiteres U-Boot nach Israel geliefert werden soll, dessen Spezialität darin besteht, allesvernichtende Sprengköpfe dorthin lenken zu können, wo die Existenz einer einzigen Atombombe unbewiesen ist, doch als Befürchtung von Beweiskraft sein will, sage ich, was gesagt werden muß.

Warum aber schwieg ich bislang? Weil ich meinte, meine Herkunft, die von nie zu tilgendem Makel behaftet ist, verbiete, diese Tatsache als ausgesprochene Wahrheit dem Land Israel, dem ich verbunden bin und bleiben will, zuzumuten. Warum sage ich jetzt erst, gaultert und mit letzter Tinte: Die Atommacht Israel gefährdet den ohnehin brüchigen Weltfrieden? Weil gesagt werden muß, was schon morgen zu spät sein könnte; auch weil wir – als Deutsche belastet genug – Zulieferer eines Verbrechens werden könnten, das voraussehbar ist, weshalb unsere Mitschuld durch keine der üblichen Ausreden zu tilgen wäre.

Und zugegeben: ich schweige nicht mehr, weil ich der Heuchelei des Westens überdrüssig bin; zudem ist zu hoffen, es mögen sich viele vom Schweigen befreien, den Verursacher der erkennbaren Gefahr zum Verzicht auf Gewalt auffordern

und gleichfalls darauf bestehen, daß eine unbehinderte und permanente Kontrolle des israelischen atomaren Potentials und der iranischen Atomanlagen durch eine internationale Instanz von den Regierungen beider Länder zugelassen wird.

Nur so ist allen, den Israelis und Palästinensern, mehr noch, allen Menschen, die in dieser vom Wahn okkupierten Region dicht bei dicht verfeindet leben und letztlich auch uns zu helfen.

Nada obstante a dificuldade de tradução, pelo contexto em que se insere e pelas particularidades sintagmáticas do idioma, apresentamos uma possível versão em língua portuguesa:

Porque silêncio, silêncio por demasiado tempo sobre o que é óbvio e foi ensaiado em jogos de guerra, em cujo final, como sobreviventes, somos no máximo notas de pé de página.

É o alegado direito ao primeiro ataque, que poderia aniquilar o povo iraniano já subjogado e levado ao júbilo pela ação de um bravateiro, porque na sua área de influência suspeita-se da construção de uma bomba atômica.

Mas por que me proíbo de chamar com seu nome aquele outro país em que há muitos anos – ainda que em segredo – encontra-se disponível um crescente potencial nuclear, todavia fora de qualquer controle, pois inacessível a qualquer inspeção?

O silêncio generalizado sobre tal fato, ao que meu silêncio se subordinou, eu percebo como mentira gravosa e coerção, que anuncia desde logo a pena: o recorrente veredicto do “antisemitismo”.

Mas agora, uma vez que meu País, repetidamente censurado por crimes próprios e sem comparação, vai entregar a Israel mais um submarino, novamente apenas por motivos comerciais, mas que à “língua solta” soa como compensação, cuja especialidade reside precisamente na capacidade para direcionar ogivas de

alto poder destrutivo para um lugar onde a existência de uma única bomba atômica sequer foi demonstrada (se bem se queira utilizar o medo como valor probatório), eu digo o que deve ser dito.

Mas por que silencieei até agora? Porque acreditava que o meu passado, marcado por um estigma indelével me impedisse de atribuir esse fato, como verdade evidente, ao Estado de Israel, ao qual me encontro unido e assim pretendo continuar a estar. Por que digo só agora, envelhecido e com a última gota de tinta: a potência nuclear Israel coloca em risco a já frágil Paz mundial? Porque é preciso dizer o que amanhã já poderá ser tarde demais; mas também porque nós – como alemães já suficientemente carregados de culpa – poderíamos ser cúmplices de um crime que é previsível, de tal sorte que a nossa cumplicidade não poderia simplesmente ser elidida mediante o recurso às habituais desculpas.

Admito-o: não mais vou permanecer calado porque estou enfasiado com a hipocrisia do Ocidente; além disso, é de se esperar sejam muitos os que se libertem do silêncio, para requerer ao causante do perigo reconhecível que renuncie ao emprego da força e de insistir, ao mesmo tempo, em que os governos de ambos os países autorizem um controle permanente e sem obstáculos do potencial nuclear israelense e das instalações nucleares iranianas por parte de uma instância internacional.

Somente assim será possível ajudar a todos, israelenses e palestinos, mais ainda, a todos os seres humanos que convivem como inimigos nessa região ocupada pelo delírio, de modo a assim também ajudar a nós mesmos.

A leitura do manifesto de Günter Grass, por si só, quer nos parece, não pode conduzir à conclusão de que se trata de uma manifestação fundada em uma postura “antissemita”, ainda mais – é bom que se frise à partida – quando se trata de eventual crítica a Estados e Governos, ou mesmo a alguma de suas ações, inclusive compartilhadas por representantes do povo do próprio Estado

alvo das críticas. O que da narrativa pode ser inferido, com efeito, diz com uma “zona gris” em que se confrontam paixões ideológicas extremadas, que podem repercutir em outros círculos sociopolíticos mais abrangentes e decisivos para a paz mundial. Certamente os dirigentes iranianos, especialmente pelo seu líder maior, de há muito fustigam o Estado de Israel, o que é fato notório e, enfatize-se, merecedor de toda reprovação internacional. De outro modo, é notório, também, o “mistério” que envolve o presumível potencial bélico nuclear israelita, fato que também não pode pura e simplesmente ser escamoteado e subtraído ao debate na esfera pública.

Mas a questão, como sói acontecer nesse tipo de situação, não é tão simples assim, isto é, não se trata apenas de um antagonismo beligerante. Arriscaríamos dizer que tal tipo de hostilidade é apenas superficial, pois, na profundidade, um conjunto de fatores religiosos, socioculturais, políticos e econômicos assumem relevância e passam a influir no desenho de uma cartografia geopolítica e econômica na qual os mais diferentes interesses se digladiam, ultrapassando em muito as fronteiras do Oriente Médio. Contudo, além de aqui não ser o lugar para uma análise de tal envergadura, não nos sentimos suficiente informados para enfrentá-la. Aqui, como já anunciado, o nosso objetivo é mais modesto, pois o que nos toca são as assim chamadas consequências indiretas das nossas ações diretas.

No caso de Günter Grass, isso se revela particularmente relevante, considerado o estigma de seu passado, que ainda hoje o circunda de uma densa carga negativa. Com efeito, Grass, em 2006, acabou por confessar sua vinculação com o nacional-socialismo alemão, pois ele, aos 17 anos de idade, havia ingressado em uma das unidades das *Waffen-SS*⁹. Tal confissão foi feita no livro

⁹ A *Waffen-SS*, criada em 1939, é o resultado da incorporação da *Schutzstaffel* (poderíamos chamar de “Esquadrão de Proteção”) com a sigla de SS. A *Schutzstaffel* foi uma organização paramilitar do NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, isto é, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães), e seu lema era “*Meine Ehre heißt Treue*” (“Minha honra chama-se lealdade”). No início, era uma apocada unidade paramilitar, depois agregou quase um milhão de homens e alcançou exercer grande controle político no Terceiro Reich. Edificada sobre a ideologia nazista, a SS, sob o comando de Heinrich Himmler, foi responsável por muitos dos crimes contra a humanidade cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1939, sob o comando de Heinrich Himmler, a SS cresceu e chegou a contar com um exército próprio, a *Waffen-SS* (“Tropas SS”), uma força completamente independente do exército alemão, a *Wehrmacht*. Além disso, a SS também absorveu a *Geheime Staatspolizei* (“Polícia Secreta do Estado”) com o acrônimo *Gestapo*, a *Reichssicherheitshauptamt* (algo como “Escritório Central de Segurança do Reich”) – RSHA órgão que controlava as polícias, o *Sicherheitsdienst* (“Serviço de Segurança”) – SD o serviço de inteligência do NSDAP e o *Einsatzgruppen* (algo como “Forças-Tarefa”), grupos criados com a única intenção de exterminar grupos étnicos

de memórias cujo sugestivo título é “*Beim häuten der Zwiebel*” (“Descascando a Cebola”), traduzido para diversos idiomas¹⁰ e que gerou enorme celeuma quando do surgimento da obra¹¹. Com isso, foi trazido à luz um passado que não é só de Günter Grass, pois inúmeros jovens da época, ainda imberbes, ou eram constringidos ao alistamento, ou estavam fascinados pelo delírio comum, passado este que foi submetido a um longo silêncio de sessenta anos.

Uma das perguntas que inclusive circularam na época da publicação da obra foi a de se Grass teria sido agraciado com um Prêmio Nobel se sua confissão tivesse ocorrido anteriormente? Não que o prêmio não correspondesse ao seu enorme talento, mas haveria condições sociopolíticas e disposição da sociedade, dos intelectuais e, principalmente, dos membros da Academia Sueca (encarregada pela Fundação Nobel para a atribuição do Prêmio Nobel de Literatura) de conceder a honraria a Grass? Difícil resposta. Todavia, em se vislumbrando a ainda sortida oferta de emoções que provocou esta sua última manifestação, a resposta tenderia a ser não. Lá, em 1999 (data da concessão da Láurea), como cá, em 2012, nada mudou com respeito aos “temores” de um passado mal resolvido que se estende a um presente de incertezas. Parece que

minoritários. Em 1939, a SS comandaria os campos de concentração nos países ocupados. Em 1941, a SS passou a comandar os campos de concentração. A *Waffen-SS* contava com 38 divisões, mais 17 unidades estrangeiras, o batalhão finlandês Nordost; o batalhão estoniano Narwa; os batalhões de esquiadores noruegueses Norge; dois regimentos romenos; um regimento búlgaro; o corpo franco-britânico Saint-George; o batalhão de montanha suíço; o corpo franco Sérvio; a brigada de assalto russa “Kaminski”; dois batalhões Georgianos; dois batalhões Armênios; seis batalhões ostturkisch Harund el Raschid; nove batalhões tártaros da Criméia; quatro batalhões Caucasianos; duas divisões de cavalaria Cossacas; uma brigada de infantaria Cossaca; e a legião indiana Freies Indien. Entre outros, dois grandes autores contam esta história, Heinz Höhne, em *Der Orden unter dem Totenkopf: Die Geschichte der SS* (München: Bassermann, 2008, especialmente p. 404 e ss.), e Bernd Wegner, em *Hitlers Politische Sodaten: Die Waffen-SS 1933-1945: Leitbild, Struktur und Funktion einer nationalsozialistischen Elite* (7. ed. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2006, especialmente p. 263 e ss.).

¹⁰ GRASS, G. *Beim Häuten der Zwiebel*. Göttingen: Steidl Verlag, 2006. No Brasil, o título seguiu o mesmo do espanhol, aliás, a tradução literal do título alemão, *Nas Peles da Cebola* (São Paulo: Record, 2007), traduzido por Marcelo Backes, que fez um trabalho primoroso, mantendo todas as expressões da SS, muitas das quais sem correspondente em português, conservando-as todas em alemão e demonstrando seus significados em um glossário ao final do volume; a tradução portuguesa de Helena Topa, com o título *Descascando a Cebola* (aliás, o título que mais se ajusta ao vernáculo), editado pela Casa das Letras (Lisboa, 2007), também é um trabalho excelente, explorando mais o lado literário e, assim, permitindo-se maior liberdade narrativa. Atente-se que o livro foi traduzido para mais de vinte idiomas.

¹¹ Em 2007, Martin Köbel organizou um livro com mais de 300 páginas, reunindo todas as manifestações surgidas na imprensa nos 45 dias posteriores à publicação do livro de Grass, o que, por si só, bem atesta a ebulição de sentimentos que provocou (KÖBEL, M. *EinBuch, einBekennnis*. Die Debatte um Günter Grass “Beim Häuten der Zwiebel”. Göttingen: Steidl, 2007).

romper silêncios, ou redescobrir culpas ou “tomar posição” e mesmo jactar-se, é, ainda, um tabu quando se trata de examinar nossos erros comuns, do humano, como somos, com todas as nossas fragilidades e, também, nossas eventuais perversidades. A liberdade de expressão – direito humano e fundamental – padece dessas mesmas limitações! Podemos estimulá-la, não censurá-la, mas os seus efeitos podem ser devastadores, inclusive em relação ao próprio autor de determinadas manifestações sobre certos temas.

Sobre a polêmica inaugurada por Grass, os periódicos de todo o mundo divulgaram as mais diversas contradições, o debate se acende e ascende, chegando o Estado de Israel a declarar Grass “*persona non grata*”, proibindo-o mesmo de pisar no País. A própria resposta israelense, contudo, logo encontrou resistência por parte de muitos também. Parece que a manifestação e a reação acabam por produzir, no sentido de uma reação esquizoide, uma espécie de silepse, em que “agressor” e “agredido” mudam de papel, pois o agressor é agredido e o agredido se transforma também em agressor, nem sempre de modo a preservar sua respectiva grandeza e integridade. Tal fenômeno, por outro lado, está a se processar perante toda a opinião pública mundial, bastando seguir a imprensa diária, hoje facilitada pelo acesso à Internet, na qual os grandes jornais e magazines do mundo disponibilizam o seu conteúdo¹², mas também as redes sociais e *blogs* de todas as espécies propiciam uma ampliação há poucos anos inimagináveis do debate e das hostilidades.

3 OS EFEITOS INDIRETOS DAS NOSSAS AÇÕES DIRETAS

“Se um Nobel escreve, ele é ouvido!” Claro, a alocução quer apenas demonstrar a importância da manifestação de quem foi distinguido com tal *lâurea*. Sua linguagem está composta de palavras vivas, palavras que têm de ser necessariamente livres e não devem ficar constringidas por convenções impostas de fora, conveniência ou moralidade incompreendida, ou, muito menos, interesses religiosos, socioculturais, políticos ou econômicos. Um Nobel,

¹² Observe-se que, mesmo em Israel, o debate é contundente. No dia 9 de abril, uma semana após a manifestação de Grass, o Ministro do Interior Eli Yishai (um ultraconservador do Partido Shas) o declarou o dramaturgo alemão *persona non grata* por ter vestido um uniforme da SS no passado (cf. o acreditado periódico israelense *Haaretz*. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/interior-minister-declares-Günter-grass-persona-non-grata-in-israel-1.423239>>. Acesso em: 12 abr. 2012), mas, no mesmo dia, o renomado historiador israelense Tom Segev, em entrevista ao *Spiegel*, disse que foi um “passo absolutamente cínico e infantil do Ministério do Interior”, afirmando que a declaração coloca Israel perto de regimes fanáticos como o Irã (Disponível em: <<http://www.spiegel.de/politik/ausland/0,1518,826335,00.html>>. Acesso em: 12 abr. 2012).

ou qualquer outro não agraciado, um de nós, simples cidadãos, mas responsável pelo que fala, certamente quando fala é para comunicar alguma coisa; todavia, às vezes se fala só para falar, contudo, mesmo assim, comunica-se alguma coisa.

Afirmara Grass, em 2006, no seu *Descascando a Cebola*: “Não sabia nada dos crimes de guerra que mais tarde vieram à luz, *mas a afirmação da minha ignorância não pode ocultar a consciência de haver estado integrado num sistema que planificou, organizou e executou o extermínio de milhões de pessoas*” (itálico nosso). Por isso mesmo entendemos o autor, quando explicita entre “as peles da cebola”, que apenas intentava redescobrir o jovem que fora e que naquela ocasião lhe era estranho, o fazia com o objetivo de questionar o seu comportamento (inclusive hoje) em determinadas situações, pois “a recordação assemelha-se a uma cebola, que quer ser descascada para que possa vir à luz aquilo que é legível, letra a letra: raramente de forma unívoca, *muitas vezes como escrita em espelho*” (itálico nosso). Aí é que começam os problemas da fala, pois muitas vezes ao falar queremos expressar coisas distintas das palavras que pronunciamos, isto é, do que parecem enunciar. Os exemplos são claros, bastando observar a linguagem dos amantes ou a dos déspotas, a linguagem do ódio, ou, e especialmente, a linguagem da poesia, o mesmo se verificando, em nosso sentir, com o poema-libelo atual de Grass.

A polêmica inaugurada por Grass diz respeito imediatamente aos efeitos indiretos das nossas ações diretas. Esses efeitos podem, ou não, ser intencionais, mas, em qualquer dos casos, ou eles são benéficos ou maléficos, sejam ou não intencionais. No campo da economia são denominamos de “externalidades”, no da política falamos de “efeitos colaterais”, na literatura e na arte em gerais efeitos indiretos têm imediata correspondência no balanço das emoções, no inconsciente social, na fragmentação midiática. Nesse cenário ingressa como ator coadjuvante um simulacro “ontologizado” da liberdade. A liberdade passa a ser uma criatura amorfa, cujo rosto vai tomar a forma que lhe dê o sujeito que a espreita para alabar-se de sua conquista, ou para negá-la a qualquer outro. Estamos no terreno fértil das “ações politicamente (in)corretas”, o que leva a viver em uma sociedade “politicamente correta”, é dizer, suavizamos a pronúncia das expressões evitando qualquer acepção negativa e, também, os termos potencialmente ofensivos para que qualquer coletivo não venha a sentir-se agravado.

Nossa liberdade de pensamento, nossa expressão na comunicação (em qualquer ambiência e nível do conhecimento) estão sempre sob a vigilância do

politicamente (in)correto. Contudo, tal concepção social no tráfico comunicacional joga com distintos padrões, assim, alguns o incluem (o politicamente correto) na “cultura”, como ocorre com a cultura anglo-americana do politicamente correto; outros, conectam-no com a “tolerância”, de tal sorte que se fala de tolerantes e intolerantes; observe-se que o jogo do incorreto/correto tem servido como modelo-padrão para aferir o coeficiente de consideração pelos direitos humanos, nas coletividades ditas “progressistas” e “desenvolvidas”. Certamente, as palavras têm significados os mais distintos e profundos dos quais – por vezes – não estamos conscientes, e que, não obstante, conformam o nosso modo de pensar. Alguns centros de poder conhecem muito bem esses valores das palavras, e manipulam a linguagem porque assim conseguem manipular o pensamento daqueles que não reflexionam sobre o seu próprio idioma. Por exemplo, no léxico atual, a tensão Israel/Írã, que – a despeito da grande complexidade que envolve – politicamente é bastante justificável e compreensível, dado os interesses envolvidos, traz-nos expressões como “extermínio”, “ataque preventivo”, antissemitismo, islamismofobia, em lugar de conflitos socioculturais e econômicos em uma região conflagrada há séculos. Manifestar-se pró-Írã ou pró-Israel, ou manifestar-se contra cada um ou ambos, resulta em uma série de problemas para tornar-se inteligível o manifestado, sendo que tal empresa, muitas vezes, resulta em um cabal fracasso. Por isso mesmo, o percurso aleatório do jogo “politicamente (in)correto” inscreve o jogador em uma dialética sem fundo, em uma excursão ao vazio, ao abandono. O problema material perde toda entidade, o formal toda a idealidade e o acento se põe em sair, o mais rápido possível, de tal estado, pois resulta falso que o saldo de um rezingado verbal termine em algo positivo, pois tudo é negatividade sem ignificação, em apreensão, em aprendizado, em concepção, e tudo é pura reação.

Os efeitos indiretos das nossas ações diretas em sede de liberdade de expressão, que sejam “intencionais” ou não, estão presos às palavras que pronunciamos, pois elas nem sempre correspondem aos seus significados; em certo modo, tempo e lugar, a linguagem está repleta de palavras “malditas”, de totalitarismos, de aforismos, enfim de sentidos que servem para distrair, desviar, desencaminhar, extraviar o seu emissor e aqueles a quem são dirigidas, seja pela disposição de suas sílabas que por vezes não resulta lógica, nem harmônica, nem apetecível de pronunciar (o amargor das palavras) e, ainda mais, predispõem elas muitas vezes para evocar o contrário ao que se pretendia com a sua emissão. Contudo, a despeito desses efeitos indiretos, não podemos esquecer a grande e, em certo sentido, pioneira, advertência que nos fez John Milton: “[...] dê-

me a liberdade de saber, de pronunciar e discutir livremente de acordo com a consciência, por sobre todas as liberdades”¹³, pois a ideia que expressa pontos de vista dissidentes ou subversivos não deve ser censurada nem punida pela lei, mas tolerada.

No caso de Günter Grass são evidentes os mais diversos efeitos não intencionais – cremos – da sua ação direta, notadamente pela menção sibilina de “primeiro ataque”, em alemão *Erstschlag* (literalmente “primeiro golpe”) e não, o que talvez fosse mais adequado, “ataque preventivo” (*Präventiosschlag*); isto parece não ter importância, mas, na metalinguagem político-militar, essas expressões têm significados – quantos aos fins – bastante diversos entre si. Nesse sentido, lembre-se que no período da “guerra fria” o tema mais recorrente em diversos “locais de discurso” era o do “primeiro ataque nuclear”, o *Erstschlag*, não estando em consideração um “ataque preventivo”, evidenciando uma contradição na tensionada dialética de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Temos que admitir que as pessoas podem entender (nós não pensamos assim, como vamos explicar mais adiante) que Grass afirma que Israel põe em perigo a paz do mundo, mas não atribui, também, ao regime clerical do Irã tal responsabilidade, pois esses, quando negam o holocausto, são simples fanfarrões. Neste diapasão, muitos poderiam entender, também, que Israel se aproximaria do Estado Nazi, ao exterminar o povo iraniano com o exercício do “direito ao primeiro golpe” (*Recht auf den Erstschlag*), isto é, o “direito ao primeiro ataque nuclear”. O eufemismo (com densa dimensão negativa) modifica a linguagem para não mostrar a realidade que aborrece com a convicção ou, dito de outra forma, com a esperança de que não existe o que não se disse. Muitos outros, ainda, poderiam entender que Israel estaria pensando em uma “guerra-relâmpago” (*Blitzkrieg*), como fizeram os alemães contra os países da Europa, definitiva e decisiva para as pretensões do Estado de Israel; todavia, não levando em consideração que esta também possa ser a intenção dos líderes iranianos. Neste cenário, avultam as reflexões impressionistas sobre o eufemismo representante de uma visão interesseira da realidade, que por outra parte não são novas como tampouco o é o drama da distorção política das palavras.

¹³ Give me the liberty to know, to utter, and to argue freely according to conscience, above all liberties. In: MILTON, John. *Areopagitica*: a speech. London, 1644, p. 35, cuja versão original e integral do texto pode ser consultada e baixada no *site* do Project Gutenberg. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/608>>.

Deve-se notar que pensar, ou mesmo acreditar, em uma pretensa filiação de Grass a uma extremada posição discriminatória, preconceituosa e intolerante vigente em determinados estratos da população europeia não é descabido para muitos, especialmente aqueles que compartilham perspectivas de uma direita, extremista ou não, pois aí pendem interesses econômicos muito poderosos. Na verdade, percorre o continente europeu uma “onda” de radicalismo xenófobo que tem arrastado grandes estratos das populações. Aliás, este movimento radicalizado de setores da população europeia tem sido demonstrado por meio de pesquisas e seminários patrocinados pela acreditada Fundação Friedrich Ebert¹⁴ em Berlim. A leitura destes trabalhos, que reúnem mais de 1000 páginas de densa literatura especializada, demanda tempo e esforço da nossa parte para entender o que se passa atualmente na Europa – pois vivemos em outro espaço político e sociocultural –; contudo, não devemos recusar tal “empreitada” em tempos de construção de uma “ecocidadania mundial”. Estamos muito mais próximos do que nunca na história civilizacional e política do planeta. As questões sociais, políticas e econômicas enredam a todos nós ao compartilhar a vida neste frágil “sistema mundo”.

É impressionante ler-se as mais de 200 páginas do Relatório (na versão em alemão) produzido por Andreas Zick, Beate Küpper e Andreas Hövermann: “A desvalorização dos outros: uma descrição do estado Europeu de intolerância, preconceito e discriminação”, ou “Intolerância, Preconceito e Discriminação: Um Relatório Europeu” (*Die Abwertung der Anderen: eine europäische zustandsbeschreibung zu intoleranz, vorurteilen und diskriminierung*, ou *Intolerance, Prejudice and Discrimination: A European Report*)¹⁵. Publicada em 11 de março 2011, a pesquisa foi realizada em oito países (França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Holanda, Polônia e Portugal), entrevistando 8.000 pessoas no continente, 1.000 em cada país, tendo o estudo evidenciado que a animosidade para grupos de pessoas percebidas como o “outro”, o “diferente” na Europa é alto. É difícil resumir-se a pesquisa que foi criteriosamente elaborada, e nem tal é objeto das presentes reflexões, contudo vejamos algumas das suas conclusões: quase

¹⁴ A acreditada Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), vinculada ao Partido Socialdemocrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschland - SPD*), vem desenvolvendo o projeto Análise do extremismo de direita (*Auseinandersetzung mit dem Rechtsextremismus*) com diversas publicações que podem ser acessadas em: <<http://www.fes.de/rechtsextremismus/inhalt/mat.htm>>. Estas publicações encontram-se, em parte, em língua inglesa.

¹⁵ Uma cópia pode ser obtida online em: <www.uni-bielefeld.de/ikg/Abwertung.pdf> (acesso em: 10 dez. 2011), e também em: <<http://www.fes-gegen-rechtsextremismus.de/>>, com versão em inglês.

três quartos dos cidadãos poloneses entrevistados acreditam que os judeus procuram explorar o Holocausto; cerca de 70% dos húngaros pensam que os judeus têm influência demais no seu país, e cerca de 40% das pessoas em vários países europeus acreditam que Israel está a travar “uma guerra de extermínio” contra os palestinos[!]. Detalhando: mais de 30% dos poloneses concordam que, em certa medida, a afirmação de que “os judeus tentam tirar vantagem de terem sido vítimas durante a era nazista” é correta; na Hungria, 39% dos entrevistados demonstraram estar convictos desta afirmação. O estudo também lança luz sobre as atitudes dos europeus em relação ao Estado de Israel e como essas atitudes afetam o ódio aos judeus. Cerca de metade dos entrevistados em Portugal, Polônia e Hungria creditam seus sentimentos antissemitas fundados a atividades políticas de Israel, enquanto cerca de 40% dos inquiridos, na maioria dos países participantes, afirmaram que o Estado de Israel está conduzindo uma guerra de extermínio contra os palestinos. Na Polônia, o número de entrevistados que concordam com a afirmação de uma “guerra de extermínio” é ainda maior, 63%. Quase metade dos inquiridos alemães (48%) concordou com a afirmação. O número foi de 49% em Portugal, 42% na Grã-Bretanha, 41% na Hungria, 39% na Holanda e 38% na Itália. Questionado sobre se os judeus têm influência demais, cerca de 70% dos húngaros, 50% dos poloneses e 20% dos alemães concordaram. Na Holanda, por exemplo, menos de 18% dos entrevistados disseram que os judeus estavam tentando tirar proveito do sofrimento de seu povo durante a “Shoah”¹⁶, enquanto mais de 40% discordou fortemente dessa afirmação. No entanto, a quase metade dos entrevistados alemães concordou com a questão (23% deles fortemente e 26% moderadamente), enquanto menos de 20% “discordaram”. Na Holanda – cujo atual Ministro das Relações Exteriores, Uri Rosenthal, é judeu –, 3,4% concordaram fortemente e 18% moderadamente. Ademais, 30% dos alemães e 22% dos entrevistados britânicos concordaram com a afirmação de que “os judeus em geral não se preocupam com nada nem com ninguém, mas sim com a sua própria espécie”. Em Portugal, esse número é ainda maior, algo como 55%. No entanto, a maioria dos entrevistados, em todos os países pesquisados, concorda com a afirmação de que os judeus contribuem para o “enriquecimento” de sua cultura. O estudo também analisa outros fenômenos que os pesquisadores denominam de “grupo com foco na inimizade”, como o racismo, o sexismo, a homofobia, e os sentimentos antimulçumanos e anti-

¹⁶ Este é um termo bíblico para “calamidade”. Shoah (Holocausto) é preferido por muitos judeus por uma série de razões, incluindo a natureza teologicamente ofensiva da palavra “Holocausto”. Para aprofundar o tema, vários sites, entre eles: <<http://www.shoah.freesevers.com/index.html>>.

imigrantes. Os resultados revelaram, ainda, que o grupo focado é “generalizado” na Europa, sendo mais fraco na Holanda e mais forte na Polônia e na Hungria. Cerca de metade dos entrevistados europeus, por exemplo, considera o Islã uma “religião de intolerância”, e acreditam que há imigrantes demais em seu país. Mais da metade dos entrevistados afirmou que os muçulmanos franceses são “muito exigentes”. Diferentes preconceitos, medidos pelo estudo, são de natureza muito diversa e parecem não ter influência um sobre o outro, mas são interligados, escrevem os pesquisadores. Aqueles que “denigrem um grupo muito provavelmente atingirão outros grupos também”, escreveram. Com respeito a estas questões, o nível não está igualmente distribuído, e o que é mais baixo na Holanda é superior na Polônia e na Hungria, por exemplo, em relação ao sexismo, à homofobia e ao antissemitismo. A islamofobia, o racismo e a xenofobia foram mais igualmente distribuídos ao longo do continente. Cerca de metade dos europeus acreditam que há imigrantes demais na Europa e que o Islã é uma religião de intolerância, 17% dos holandeses, e 88% dos poloneses pensam que os *gays* não deveriam ter direitos iguais aos “normais”[!].

Neste cenário, que alguns pensem em Grass como sendo um xenófobo, ou ainda mais, um antissemita não é de fato despropositado(!); tais pessoas estão operando em uma perspectiva dos efeitos não intencionais da ação direta do autor ao manifestar o seu pensamento. Mas é aí que inicia uma série infundável de problemas: uma sempre tensionada relação entre “liberdade de expressão” e “correção política” (linguística e cultural), um debate que tem atravessado as mais diversas ciências. Certamente, não teríamos espaço aqui para aprofundarmos esta *vexata quaestio*; todavia, cremos impossível não tecer alguma consideração. Nesse sentido, podemos tomar como base o que desenvolve Raymond Williams em seu culturalismo materialista. Com efeito, para Williams, a cultura é a soma das representações percebidas e valoradas pela sociedade que atribuem sentido em suas experiências comuns, isso é, o cultural perpassa toda uma metodologia da práxis social, moldando um “modelo de sentimentos”. Cuida-se de um modo pelo qual a sociedade, ou parte dela, vai entender um determinado objeto ou um fenômeno de forma específica, pois os seres humanos não vivem sozinhos no mundo objetivo e muito menos vivem isolados do interior das atividades sociais. Com efeito, todos estão submetidos aos significados culturais de uma língua particular integrada e que é expressão de seu círculo social, de tal sorte que os hábitos de nossa linguagem em comunidade predispõem certas escolhas de

interpretação¹⁷. Como os seres humanos são reflexivos, esta característica induz a uma interconexão entre o que “fazem” e o que “valoram” e “representam”, e, especialmente, como se identificam frente às estas valorações e representações. Portanto, considerar a cultura como um sistema de significados ajuda a tornar clara a relação entre língua e cultura: as culturas existem como discursos (em ação como “formas culturais”, gêneros e estilos). Todavia, também são sistemas e formas de “consciência” alcançando as ideologias, no que não excluem os discursos, mas tão só dispõe analiticamente de modo diverso.

Nessa perspectiva, os *topoi* de argumentação sobre os efeitos indiretos produzidos pelo discurso de Grass, ou confrontam “modelos de sentimentos” e afrontam “sistemas de significados” muito distintos, pendentes as inclinações socioculturais, políticas e econômicas dos atores-intérpretes envolvidos. Poderíamos afirmar a correção ou incorreção deles? Cremos que se cuida de tarefa difícil, para dizer o menos. Podemos entendê-los, justificá-los, ainda que não compartilhamos da interpretação, mas não podemos censurá-los, pois, neste caso, estaríamos negando o que foi concedido a Grass: a liberdade de manifestar o seu pensamento e comunicá-lo. Remanesce, contudo, que também eles estarão sujeitados aos efeitos indiretos das suas ações diretas.

4 ACOLHENDO A MANIFESTAÇÃO DE GÜNTER GRASS COMO EXERCÍCIO PERFORMÁTICO EM PROL DA PAZ

Ainda no terreno dos efeitos indiretos das ações diretas, o libelo-poema de Grass pode ser entendido como um alerta para a irresponsabilidade que se alastra entre os principais líderes políticos do planeta. Com efeito, as manifestações que se seguiram ao discurso da Grass puseram à mostra um grave déficit de democracia e um acentuado e eficiente programa de propaganda política, seja qual for a sua matriz ideológica. Dizíamos, no início dessas reflexões, que tentaríamos “calcular” o desvio padrão que pode ser inferido a partir da fronteira que legitima o *quantum* de liberdade que é dedicada a cada um que comparte deste “sistema-mundo”. Tomando emprestado o conceito matemático referido, interessa-nos saber qual a “medida de dispersão” de uma idealizada liberdade de expressão exercida em direção a sua tão só probabilidade de concretização. Articulando de outro modo, os efeitos indiretos da manifestação de Grass induzem a uma dispersão absoluta do exercício da liberdade de expressão? Em qualquer dos casos, como opera o discurso “politicamente (in)correto”?

¹⁷ WILLIAMS, R. *Culture*. London: Fontana, 1981. p. 13 e ss.

Sobre o discurso politicamente (in)correto, cremos que merece destaque o trabalho do Vladimir Volkoff, “A desinformação pela imagem” (*La désinformation par l’image*)¹⁸. Para o autor, o politicamente correto prepara o terreno de forma ideal para as operações de desinformação. Quando todo o mundo crê que “as verdades possam ser objetos de truques”, que “não existem verdades nem mentiras”, o mundo estará preparado para “receber a mesma propaganda”, para “participar da mesma pseudo-opinião pública” produzida para “consumo universal”. E esta pseudo-opinião pública “aceitará qualquer procedimento”, incluídos os mais violentos, por palavras, ações ou comprometidas inações, que indefectivelmente irão favorecer os manipuladores¹⁹. No caso de Grass, agitaram-se as forças maniqueístas do politicamente (in)correto. O correto simula o bem e o incorreto simula o mal; ambos, e em qualquer caso, apostam na desinformação, e mais ainda,

[...] o sumo bem consiste em buscar as opções e a tolerância nos outros, a menos que as opções dos outros não sejam politicamente incorretas; o sumo mal se encontra nos dados que precederiam à opção, quer sejam estes de caráter étnico, histórico, social, moral e inclusive sexual, e incluindo os avatares humanos. O politicamente correto não atende à igualdade de oportunidade no ponto de partida, senão ao igualitarismo nos resultados no ponto de chegada.²⁰

Certamente, alcançamos compreender em que sentido o discurso de Grass promove efetivamente uma dispersão absoluta (desvio padrão), tomada a “liberdade de expressão” como um *locus argumentandi* em que se dá a divisão de diferentes concepções do discurso pela entonação especial com que se pronuncia uma palavra ou uma frase da narrativa nele incluída, na instância da correção/ incorreção. O problema está em medir-se dita separação. De um lado está posta a crítica de Grass que se dirige do geral ao concreto, especialmente com

¹⁸ VOLKOFF, V. *La désinformation par l’image*. Paris: Éd. duRocher, 2001. Neste livro, o autor acaba por concluir que vivemos cada vez mais em um mundo de imagens que substituem gradualmente realidades. Mas as imagens que nos confrontam por todos os lados são fáceis de manusear, e são, portanto, a melhor ferramenta de desinformação.

¹⁹ VOLKOFF, V. Definir lo “políticamente correcto” (entrevista con Vladimir Volkoff). Traductor Damián Verde. *El Derecho: Diario de Jurisprudencia y Doctrina*. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, n. 12.269, a. XLVII, p. 17/18, 2009.

²⁰ Idem, p. 17.

a alusão do fornecimento de um submarino, de fabricação alemã, para Israel, capaz de ser equipado com ogivas nucleares²¹; de outro, a proposta para que uma instância internacional controle de “forma permanente e sem obstáculos”, tanto o potencial nuclear de Israel como as instalações nucleares iranianas. No contraponto está a reação não só de Israel, evidentemente previsível e justificável (dirigindo-se, cremos, aos efeitos indiretos da ação de Grass), mas também de grande parte da imprensa e da classe política alemã (o que já não é tão razoável, dada a ampla liberdade concedida à imprensa e ao político²²), tudo a confirmar o que Grass denuncia no seu libelo: a impossibilidade de um alemão criticar o Estado de Israel, o que, por sua vez, configura um caso evidente da operação de efeitos indiretos das ações diretas daqueles que, um dia, desgraçadamente, estiveram (independentemente do contexto e da condição pessoal) alinhados ao discurso nazista.

Nessa perspectiva, basta percorrer os conteúdos da mídia mais acreditada (e a Internet possibilita isto) para tomar conhecimento que acusam Grass de “falsificar os fatos”, mais ainda de “fabricar” um contexto internacional que não corresponde a uma dada realidade. Não bastassem essas acusações, implicam-lhe, ainda, a banalização do caráter repressor do regime de Teerã, entre outras descabidas, a nosso juízo, transgressões. Desde logo, o discurso do politicamente (in)correto segue desaconselhando que se formulem em tese – ou não – críticas contra Israel, especialmente aquelas produzidas na Alemanha e por alemães (um aspecto que envolve a reminiscência, ainda não bem resolvida quanto ao ponto, das conhecidas e sempre bem lembradas violações da dignidade humana praticadas pelo Terceiro Reich), especialmente quando tais críticas provêm de um personagem, como Grass, que reconheceu publicamente sua militância nas forças hitleristas durante sua juventude. Para comprovar isto, observem-se as palavras do Primeiro-Ministro israelense Benjamin Netanyahu: “As declarações dele [Günter] são ignorantes e vergonhosas e todas as pessoas honestas neste mundo devem condená-las”²³. Como se pode

²¹ Informação absolutamente verdadeira, e pode ser consultada no Defense Industry Daily, edição de 6 de fevereiro de 2012, disponível em: <<http://www.defenseindustrydaily.com/germany-may-sell-2-more-dolphin-subs-to-israel-for-117b-01528/>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

²² Aqui como adjetivo, isto é, relativo ou pertencente à política.

²³ Cf. o acreditado The Jewish Chronicle Online, edição de 11.04.2012: “His declarations are ignorant and shameful and every honest person in this world must condemn them”. Disponível em: <<http://www.thejc.com/news/israel-news/66360/gunter-grass-not-welcome-israel-after-iran-poem-sparks-hate-charges>>. Acesso em: 12 abr. 12.

observar, esta declaração, manifestada com intensidade, carrega consigo uma grande hostilidade provocada pelos efeitos indiretos do discurso de Grass, e ela mesma produz efeitos indiretos muito importantes, pois atinge diretamente a totalidade dos receptores do discurso, com grande implicação dispersiva. Uma pergunta dispersiva seria: O que constitui uma “pessoa honesta” aos olhos de Netanyahu? Então, poderíamos crer que o povo iraniano, independentemente do seu destemperado e assumidamente agressivo líder (aqui incorremos em um juízo de valoração) e da instituição clerical que o acompanha, é todo desonesto, quando sabemos que muitos no Irã não apoiam dito regime? Declarações como as de Netanyahu são temerárias, atingindo a muitos, mesmo judeus, dentro e fora de Israel. Não é diferente o discurso do Ministro do Interior de Israel, Eli Yishai, que não perdeu tempo ao por Grass na “lista dos indesejáveis”, vedando-lhe a entrada em Israel. Além disso, foi enfático ao declarar: “[...] Se Günter quer difundir seu pervertido e mentiroso trabalho, eu sugiro que ele faça isso no Irã, onde ele pode encontrar uma audiência de apoio”²⁴. Observe-se, também, que não é só no Irã que o discurso de Grass pode encontrar aprovação. Em todas as latitudes, muitos, de uma direita extremada até a mais radical esquerda, passando pelos mais moderados, não necessariamente, condenaram ou condenam a atitude de Grass; muitos a aplaudiram (o que parece um exagero), ao passo que outros (talvez os mais judiciosos) a tomaram com reservas (note-se aí uma compreensão dos efeitos indiretos), pois imediatamente perceberam a dispersão que tal ação pode provocar. Todos, por outro lado – e é isso que aqui se pretende enfatizar –, podem razoavelmente defender e justificar a liberdade de expressão, qualquer que seja o comunicado, a todos concedida, aquisição permanente dos regimes democráticos.

Ficam em aberto algumas questões – bastante controversas – reveladas por Grass! Não poderia, também, ser tida como censurável a persistente negativa de Israel em atender ao que já constava da Resolução nº 487 do Conselho de Segurança da ONU, de 19 de junho de 1981²⁵, relativamente à sua submissão

²⁴ “[...] *If Günter wants to spread his twisted and lying works, I suggest he does this from Iran, where he can find a supportive audience.*” [Disponível em: <<http://www.thejc.com/news/world-news/66408/gunter-grass-israel-ban-burma-or-stasi>>. Acesso em: 12 abr. 2012; este mesmo periódico reproduz que Grass, ao tomar conhecimento da medida de Yishai, lembrou-se de regimes ditatoriais, incluindo a Stasi na Alemanha Oriental comunista e Birmânia, acabando, no entanto, por afirmar que “eu ainda me vejo irrevogavelmente unido à nação de Israel” (*I still see myself irrevocably connected to the country of Israel*)].

²⁵ Disponível em: <<http://www.yale.edu/lawweb/avalon/un/un487.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

ao controle da Agência de Energia Atômica Internacional (*International Atomic Energy Agency – IAEA*)? Outra, ainda: Por que Israel não aderiu até o presente ao Tratado de não proliferação de armas nucleares (*Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*)? Essas indagações, de qualquer sorte, seguem a merecer uma resposta. Em parte, talvez já tenhamos adiantado uma alternativa de resposta, designadamente a que foi manifestada pelo Ministro da Defesa de Israel Ehud Barak, em declaração que fez em 17.04.2012: “Israel não fez promessas de não atacar o Irã” (*Israel made no promises not to attack Iran*)²⁶. Aqui é de se perguntar se não se trata de um caso de premonição de Grass, ou se tal resposta é apenas devida aos efeitos indiretos do debate acalorado produzido pelo poema-libelo?!

Em qualquer caso, não devemos esquecer que, durante anos, o Irã tem praticado a negação e o engano acerca de suas pretensões nucleares; a despeito desse fato, o mundo tem negociado com o Irã, mesmo equilibrando sanções econômicas e promessas de auxílio com o abandono inequívoco da produção de artefatos nucleares, o que evidencia a moderação de muitos líderes ocidentais. Com efeito, Grass nada mais fez do que adiantar-se a uma conclusão muito razoável: hoje, este impasse parece prestes a sucumbir pela pior forma: o Irã continua, perigosamente, enriquecendo urânio em instalações quase inexpugnáveis. Alguns analistas, especialmente em Israel, julgam que a possibilidade de usar a força está se esgotando. Quando isso acontecer, nada vai ficar entre o Irã e uma bomba, ou nada vai impedir o primeiro ataque de Israel. Como se pode observar, todas essas questões incluem-se em um denominador de dispersão e conduzem as mais distintas interpretações. Todas, no entanto, podem ser compreensíveis para um espírito dotado de tolerância e de comedimento. A liberdade de expressão exige tolerância e comedimento (talvez prudência fosse mais apropriado), no nosso sentir talvez a única forma de superação dos limites do politicamente (in)correto e de se cumprir a missão política e jurídica da liberdade de expressão no Estado Democrático e em uma ambiência internacional marcada pela garantia da tolerância: que, em regra, não deve haver assunto (ainda mais quando diz respeito a ações que podem colocar em risco a paz entre as nações e a vida mesmo de milhões de pessoas, seja qual for sua ideologia ou religião) interdito ao debate público.

²⁶ The Jerusalem Post. Disponível em: <<http://www.jpost.com/LandedPages/PrintArticle.aspx?id=266348>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Descascando a Cebola”, de Günter Grass, pode ser compreendido como uma narrativa patética de uma quadra de barbarismos, que emerge de uma biografia pessoal e em que se faz presente, ainda que com sofrimento, o renascer de uma Europa diversa após bombardeios, batalhas, sangue e lágrimas. Hoje, todavia, essa mesma Europa, por alguns de seus cidadãos – que parece que nada aprenderam com a dor, com a humilhação e a intolerância –, admoesta e mesmo hostiliza um encanecido de 84 anos que teve a coragem de desnudar-se (e não importa quando o fez e que agora o faz novamente), bradando, ao fim e ao cabo, contra ações de seu próprio país. Talvez tenha Grass se excedido por tributar, ao que pode parecer, exclusivamente a Israel tão agourenta imagem; talvez o tenha mesmo feito pelas “amarras” do povo iraniano subjugado por um “falastrão”. De outra parte, a reação tão violenta de determinados setores da mídia e da política tenha sido excessiva, ainda mais tendo presente a permanente tensão sociocultural e econômica que envolve questões de poder neste conturbado Oriente-Médio. Contudo, deve ser-lhe dado o crédito por “falar” e, mais, por expor-se ao “veredicto de antisemitismo”, denunciando o mercado armamentista dirigido para regiões conflagradas, afinal, ousando clamar pela paz, inclusive mirando o próprio umbigo. Em outros quadrantes do mundo, a reação ao texto foi ainda mais virulenta, e, em Israel (o que é compreensível), de modo particularmente acentuado. Compreensível e mesmo justificável, mas quando se chega aos limites da intolerância, especialmente em se tratando de crítica a ação do Estado e do Governo que poderá, em sendo concretizada, levar à morte e à destruição de milhares de pessoas, não se poderá pura e simplesmente buscar impedir a manifestação crítica por conta de um discurso do politicamente incorreto. A melhor defesa não seria a de demonstrar que não possui armamentos nucleares, ou que, possuindo-os, tão só remanesceria na manutenção de simetria de forças frente aos seus antagonistas, dispondo a submeter-se à vigilância e ao controle por parte da Agência Internacional de Energia Atômica? Ninguém pode, legitimamente, admitir que Israel não possa ou não deva defender-se de seus inimigos, declarados ou não, ainda mais quando se sabe da histórica e notória beligerância e intolerância da qual o Estado de Israel (mais recentemente) e o Povo Judeu – há muito mais tempo – têm sido alvo. Mais ainda, a ninguém, que se pretenda responsável, é lícito defender as insanas palavras do líder iraniano quando nega o sofrimento do povo judeu por ocasião do regime nazi, e a bazófia de sua pretensão de eliminar Israel. Para tanto, assume relevo a criminalização pelo “discurso do ódio”, pelos efeitos indiretos (e intencionais) de seu discurso.

Que as manifestações de Grass, anteriormente expostas e avaliadas, não podem ser comparadas com a do líder iraniano, ele próprio objeto da crítica no poema-libelo comentado, nos parece resulta evidente, assim como resulta elementar que um passado já assumido pelo próprio autor do discurso não pode conduzir inexoravelmente, ainda mais dado o contexto, a uma vedação de sua fala e à intolerância, pois, com isso, está a se perder muito mais do que a coragem de um ou outro de submeter ao escrutínio público uma posição, que – fossem outros os interlocutores e não prevalecesse a ideologia do politicamente (in)correto – não poderia jamais ser pura e simplesmente subtraída à discussão. O risco, como já adiantado, está em se fragilizar a liberdade de expressão e a democracia, risco que não vale a pena ser pago pela comunidade internacional dos estados constitucionais democráticos de Direito.

Porto Alegre, abril de 2012.